

# SERVIÇO DISSEMINAÇÃO SELETIVA DA INFORMAÇÃO – DSI

V.11, N.03, 31 MAR. 2025

Biblioteca  
Desembargador  
ANTÔNIO KOURY

O SEU BOLETIM INFORMATIVO

## INSTITUCIONAL

Normas selecionadas do \*Diário da Justiça no período de  
01 a 31 março para cadastro na base da Biblioteca

### \*\*DIÁRIO DA JUSTIÇA

Edição nº 8030/2025 - Quinta-feira, 6 de Março de 2025. [Clique aqui](#)

**PORTARIA Nº 1217/2025-GP, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2025** - Estabelece os critérios para a concessão do Prêmio de Desempenho e Inovação (PDI) do Poder Judiciário do Estado do Pará, 2ª edição, instituído pela Lei Estadual nº 10.300, de 18 de dezembro de 2023.

Edição nº 8032/2025 - Segunda-feira, 10 de Março de 2025. [Clique aqui](#)

**PORTARIA Nº 1299/2025-GP, DE 7 DE MARÇO DE 2025** -Dispõe sobre o funcionamento das unidades judiciárias e administrativas das Comarcas da Região Metropolitana de Belém, no período de 5 a 21 de novembro de 2025, em razão da realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30).

Edição nº 8034/2025 - Quarta-feira, 12 de Março de 2025. [Clique aqui](#)

**PORTARIA Nº 1392/2025-GP. Belém, 11 de março de 2025** -Considerando o disposto no art. 2º, § 1º, da Resolução nº 17/2007;Considerando, ainda, os termos da Resolução nº 20/2016, Art. 1º Estabelecer o quantitativo de Juizes de Direito Substitutos para cada Região Judiciária.

Edição nº 8036/2025 - Sexta-feira, 14 de Março de 2025. [Clique aqui](#)

**PORTARIA Nº 1468/2025-GP, DE 12 DE MARÇO DE 2025-** Art. 1º Ficam designados como gestores operacionais orçamentários no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, sem prejuízo das suas atribuições.



# LEGISLAÇÃO SELECIONADA

## DIÁRIO DA JUSTIÇA

**Edição nº 8039/2025 - Quarta-feira, 19 de Março de 2025. [Clique aqui](#)**

PROVIMENTO Nº 004/2025-CGJ\* - Altera o Provimento nº 05/2021 que dispõe sobre a regulamentação do Programa de Acompanhamento Permanente de Unidades Jurisdicionais. \*Republicado por retificação

**Edição nº 8040/2025 - Quinta-feira, 20 de Março de 2025. [Clique aqui](#)**

**PORTARIA CONJUNTA N.º 001/2025-TJPA/IGEPPS/SEPLAD** - Institui o Cronograma de Pagamento de Aposentadorias do Poder Judiciário do Estado do Pará para o exercício de 2025 e dá outras providências.

**PORTARIA Nº 1566/2025-GP. Belém, 19 de março de 2025** - Institui o Calendário de Pagamento de Servidores e Magistrados, Ativos e Aposentados, e dá outras providências.

**Edição nº 8042/2025 - Segunda-feira, 24 de Março de 2025. [Clique aqui](#)**

**PORTARIA Nº 1594/2025-GP, DE 21 DE MARÇO DE 2025.**- Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de conduzir o tratamento das demandas apresentadas pelo SINDJU, SINJEP e SINDOJUS, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará.

**Edição nº 8046/2025 - Sexta-feira, 28 de Março de 2025. [Clique aqui](#)**

**PORTARIA Nº 1664/2025-GP, DE 27 DE MARÇO DE 2025** - Dispõe sobre a 3ª Edição do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Estado do Pará, para o período de 2021 a 2026, em cumprimento à Resolução CNJ nº594/2024.



# LEGISLAÇÃO SELECIONADA

## DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

**Nº 36.152 Quarta-feira, 05 DE MARÇO DE 2025. [Clique aqui](#)**

**LEI Nº 10.859, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2025** - Dispõe sobre as normas de concessão e utilização do Cordão de Girassol como símbolo de identificação das pessoas com deficiências ocultas no Estado do Pará.

**Nº 36.154 Sexta-feira, 07 DE MARÇO DE 2025. [Clique aqui](#)**

**DECRETO Nº 4.509, DE 6 DE MARÇO DE 2025** - Altera o Decreto Estadual nº 2.121, de 28 de junho de 2018, que dispõe sobre normas gerais de licitações e contratos da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito do Estado do Pará, e o Decreto Estadual nº 3.371, de 29 de setembro de 2023, que regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o Sistema de Registro Preços (SRP) para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional, e estabelece a Política Estadual de Compras e Contratação.

**Nº 36.157 Quarta-feira, 12 DE MARÇO DE 2025. [Clique aqui](#)**

**LEI Nº 10.868, DE 11 DE MARÇO DE 2025** - Institui a Política Estadual de Proteção ao Líder Comunitário.

**Nº 36.165 Quinta-feira, 20 DE MARÇO DE 2025. [Clique aqui](#)**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 186, DE 19 DE MARÇO DE 2025** - Altera dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 78, de 28 de dezembro de 2011, que institui a Lei Orgânica da Administração Tributária do Estado do Pará e disciplina as carreiras que a integram.

**Nº 36.171 Terça-feira, 25 DE MARÇO DE 2025. [Clique aqui](#)**

**LEI Nº 10.887, DE 24 DE MARÇO DE 2025** - Disciplina o uso dos termos "cartório" e "cartório extrajudicial", no âmbito do Estado do Pará.

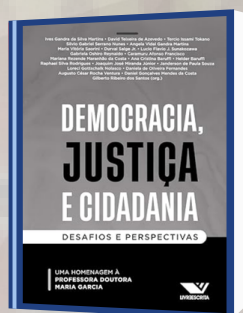
**Nº 36.172 Terça-feira, 25 DE MARÇO de 2025. [Clique aqui](#)**

**LEI Nº 10.888, DE 25 DE MARÇO DE 2025** - Altera dispositivos da Lei Estadual nº 10.539, de 20 de maio de 2024, que dispõe sobre os serviços extrajudiciais notariais e de registro no Estado do Pará.

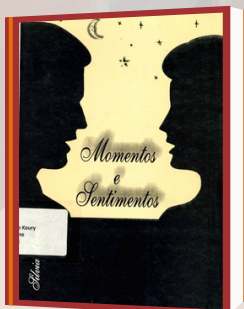
**LEI COMPLEMENTAR Nº 187, DE 25 DE MARÇO DE 2025** - Eleva a Comarca de Mocajuba à segunda entrância na estrutura do Poder Judiciário do Estado do Pará.

# OBRAS DISPONÍVEIS NO ACERVO DA BIBLIOTECA

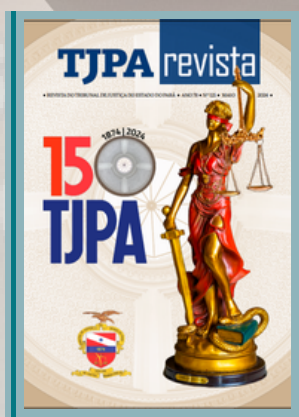
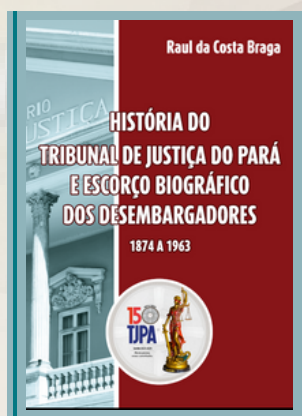
## ACERVO JURÍDICO



## ACERVO PROJETO LEITURA LIVRE



## PUBLICAÇÃO INSTITUCIONAL



# DESTAQUE MEMÓRIA ADMINISTRATIVA PUBLICAÇÃO “INFORMATIVO DO TJE - 1997.”

Neste espaço, destacamos a memória da atuação funcional da servidora aposentada **Raimunda Gomes (1991)**, que teve grande atuação na área administrativa do TJEPa, nas décadas de 70, 80 e 90, idealizadora da criação do Departamento de Documentação e Informação (DDI), pois, preocupava-se com a organização, e preservação do acervo documental histórico do Tribunal. Tornando-se a primeira Chefe mulher do DDI em 1976.

## APOSENTADO

8

### Raimunda Gomes

**D**escendente de portugueses e índios, Raimunda Gomes nasceu no município marajoara de Afuá. A carreira no serviço público começou ainda no início da década de 60 na antiga recebedoria de rendas hoje Secretaria de Fazenda. Na época Raimunda Gomes exercia cargo comissionado no gabinete do governador. Foi assessora durante as gestões de Fernando Guilhon e Aloísio Chaves. A competência de seu trabalho atraiu a atenção do então presidente do TJE, Des. Agnano Lopes, que solicitou seus serviços ao Secretário de Fazenda, Rubens Váz. Raimunda Gomes passa a trabalhar no Tribunal de Justiça em 1970. No TJE exerce cargo comissionado como assessora da presidência. Na assessoria direta ela trabalharia nas gestões dos seguintes desembargadores: Ricardo Borges, Antônio Koury, Ary da Mota Silveira, Lídia Fernandes, Manoel Cacela Alves e Edgard Viana. Recebeu do Des. Agnano Monteiro Lopes a medalha e Diploma do Centenário do Poder Judiciário.

Preocupada com o enorme volume de documentos produzidos pelo TJE, Raimunda Gomes sugeriu a Des. Lídia Fernandes, então presidenta do TJE, a criação de um departamento próprio que organizasse e tratasse especialmente do acervo documental, preciosidades de valor histórico e jurídico. Aprovada a ideia é criado o DDI – Departamento de Documentação e Informação com as seguintes divisões: Biblioteca, Arquivo e Museu, hoje coordenação. Raimunda Gomes se tornaria a primeira chefe do DDI em 1976. A administração da biblioteca ficou sob a responsabilidade da bacharel

em biblioteconomia Terezinha Nascimento. O novo departamento receberia valiosa contribuição do Des. Silvio Hall de Moura e sua consolidação se daria nas gestões de Antônio Koury e Ary da Mota Silveira.

O Arquivo e o Museu ficaram sob a responsabilidade da funcionária Rita Jurema da Costa. Após o desmembramento, o Museu ficou sob a responsabi-

lidade como por exemplo o diagnóstico do Judiciário no âmbito administrativo-financeiro. O trabalho envolveu todos os integrantes do Poder Judiciário que através de questionários, sugeriram mudanças para a melhoria dos serviços prestados pelo Tribunal. O trabalho seria o detonador de mudanças radicais. O diagnóstico foi apresentado pelo então presidente Nelson

presidente do TJE, Manoel Christo Alves, com o Doutor Carlos Alberto Bezerra Lauzid, titular da Secretaria. Ainda trabalhando na assessoria de planejamento, Raimunda Gomes sugere a criação de um Conselho de Política Salarial composto por funcionários e um representante do sindicato dos servidores. Ela chegou a participar de três reuniões. Outra sugestão importante foi a realização de reuniões mensais de avaliação entre o presidente e os responsáveis de cada setor. No que tange a política, Raimunda Gomes faz questão de frizar seu perfeito entrosam-

ento com a Secretaria de Fazenda do Estado, o que contribuiu sobremaneira, para uma “melhor performance do Planejamento do Judiciário”. Com uma autêntica Workaholic (Obsessão por trabalho) Raimunda Gomes atualmente ainda encontra tempo para assessorar o Procurador Geral do Ministério Público, Manoel Santino.

Raimunda Gomes é viúva, tem um filho e um netinho. Aproveitando o espaço ela agradece o carinho e o apoio que sempre recebeu do cunhado Alexandre Moraes e da irmã Epifânia Moraes. Nos momentos de folga Raimunda Gomes faz trabalho filantrópico junto ao Centro de Valorização da Criança, onde ajuda na recuperação de crianças drogadas e abandonadas. Como mensagem ela deixa toda uma vida dedicada ao trabalho. “Devemos trabalhar sempre com dedicação e alegria, lembrando que as nossas horas são muito mais consumidas no trabalho e por isso o trabalho tem que ser prazeroso, mesmo diante das dificuldades.”



Raimunda Gomes e o filho Antônio Carlos em julho/87

lidade do funcionário Luiz Godinho.

Em 1991 Raimunda Gomes se aposentadoria como Diretora do DDI por tempo de serviço. Tem início uma nova etapa na vida profissional de Raimunda Gomes. Ela é convidada a exercer cargo comissionado como assessora do Des. Nelson Amorim, então presidente do TJE, cargo que ocupou até o final da gestão daquele desembargador. Raimunda Gomes prestou assessoria na área financeira onde foi uma das idealizadoras do serviço de orçamento e planejamento.

Na assessoria de planejamento realizou importantes tra-

Amorim à Secretaria de Planejamento do Estado, na época, Maria Eugénia Rios. A excelente recepção do Diagnóstico resultou no crescimento de cinco para sete por cento do total de verbas arrecadado pelo Estado. O aumento no percentual destinado ao Judiciário foi uma importante conquista que possibilitou um imediato reaparelhamento físico do Judiciário, em especial nas comarcas do interior. Incansável, Raimunda Gomes arregaça novamente as mangas e elabora projeto para transformar a assessoria de planejamento do TJE em Secretaria. A transformação foi concretizada na gestão do atual

## Reconhecendo memórias



# ACERVO DIGITAL

BIBLIOTECA DIGITAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (BDTJPA)



PLATAFORMA FÓRUM DE CONHECIMENTO JURÍDICO



REVISTA DOS TRIBUNAIS ONLINE / BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW

REVISTA DOS TRIBUNAIS ONLINE®



ACESSE O SITE DA BIBLIOTECA, NO PORTAL INTERNO/EXTERNO, CLIQUE NA ABA BIBLIOTECA DIGITAL





**PODER JUDICIÁRIO**

**Tribunal de Justiça  
do Estado do Pará**



**Biblioteca  
Desembargador  
ANTÔNIO KOURY**



**EXPEDIENTE:**

Boletim Informativo Mensal

**Organização:**

Serviço de Referência Bibliográfica  
Josiane de Oliveira Neves – Analista Judiciário  
Bibliotecária- CRB-2/1.210

**Revisão:**

Elaine Ribeiro – Chefe da Divisão de Biblioteca

**Contato:** (91) 32053351/ 3325

**E-mail:** biblioteca@tjpa.jus.br

**EDIÇÃO DE MARÇO DE 2025**